

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****141ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 24/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.028410-2024-39**Órgão: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina****Requerente: 048503****Resumo do Pedido**

O cidadão solicitou as seguintes informações sobre a denúncia 23546.081644/2023-23: resultado ou, caso não tenha sido concluída a apuração, o andamento.

Resposta do órgão requerido

A UFSC respondeu que apenas ao denunciado é assegurado o direito de acompanhar o andamento do processo, ter vista e obter cópias dos documentos, conforme é expresso no art. 15 da Resolução CEP nº 10/2008. O órgão também destacou que no art. 14 da mesma resolução é expresso que todos os expedientes terão a chancela de reservado até sua conclusão, quando então os interessados terão acesso.

Recurso em 1ª instância

O cidadão alegou que o art. 15 da Resolução CEP nº 10/2008 diz que *"Ao denunciado é assegurado o direito de conhecer o teor da acusação e ter vista dos autos no recinto da Comissão de Ética, bem como de obter cópias de documentos."*, sendo que o que ele solicitou foram informações sobre o atual andamento, o que foi feito até o momento e em que fase se encontra o processo.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

Não há registro de resposta ao recurso na Plataforma Fala.BR.

Recurso em 2ª instância

O cidadão alegou que seu recurso em 1ª instância sequer foi respondido e, por esse motivo, recorreu novamente.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

Não há registro de resposta ao recurso na Plataforma Fala.BR.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

O cidadão recorreu à CGU alegando que seus dois recursos anteriores não foram respondidos pelo órgão demandado. Também acrescentou que, na resposta ao pedido inicial, a UFSC se nega a informar o andamento da apuração de uma denúncia, utilizando-se de fundamento que trata sobre o acesso aos autos.

Análise da CGU

A CGU informou que matéria semelhante já foi objeto de sua avaliação em vários precedentes, dentre os quais o NUP [37400.003862/2017-48\[1\]](#). A CGU entende que a apuração de denúncias é sigilosa por força do artigo 20 do Decreto nº 7.724/2012. A análise destacou que a apuração de denúncia ocorre sob sigilo, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011, pois trata-se de documento preparatório para a decisão de autoridade competente e a publicidade antes da conclusão do processo tem o potencial de prejudicar a investigação, pois, entre outras possibilidades, o denunciado, se ciente da apuração, pode tentar destruir provas. A Controladoria constatou que, neste caso concreto, o recorrido, em conformidade com a LAI, esclareceu sobre os procedimentos a serem adotados para a apuração da denúncia e sobre o encaminhamento ao órgão competente, o que é considerado como resposta satisfatória.

Decisão da CGU

A Controladoria-Geral da União indeferiu o recurso em relação à informação sobre a existência e andamento de denúncias e processos administrativos disciplinares, tendo em vista que sobre a informação requerida incidem as hipóteses legais de sigilo, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011 e do art. 150 da Lei nº 8.112/1990.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O cidadão reiterou que não está solicitando acesso aos autos do processo de apuração ética, mas que fosse informado o andamento, isto é, em qual das fases o mesmo se encontra. Ele reforça que não quer acesso à denúncia, ao nome do denunciante, nem ao fato em si, mas somente a atual fase de apuração.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

Análise da CMRI

Da análise dos autos, para devida instrução do recurso dirigido à esta Comissão, foi realizada interlocução com o órgão e solicitado o esclarecimento se, tendo em vista o tempo decorrido até este recurso em 4ª instância, a apuração da denúncia em questão já havia sido concluída. Em resposta, a UFSC informou que o processo está em análise, inclusive fornecendo detalhes por ofício da fase em que o mesmo se encontra. No entanto, o órgão ressaltou que a informação exposta foi prestada em sede de esclarecimentos com a finalidade de viabilizar a atuação da CMRI dentro de sua competência, sendo desaconselhado o compartilhamento da informação com o solicitante, visto que as leis relativas ao assunto são explícitas em conceder o acesso das partes aos trâmites processuais apenas ao fim do procedimento. Em seguida, foi realizada uma nova diligência, solicitando que a Universidade justificasse os riscos concretos no compartilhamento da informação com o solicitante acerca dos trâmites processuais. Em retorno, o UFSC manifestou que:

Compreende-se que a esfera ética, que possui competência para desempenhar as funções consultiva, educativa, conciliatória e inclusive repressiva sobre matéria ética e a conduta esperada dos servidores, não se confunde com a esfera disciplinar, possuindo, portanto, ritos mais flexíveis e simplificados. O sistema ético deve priorizar a implementação do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto 1.171/1994 por valorização de orientação positiva, cooperação e comprometimento, reservando ações punitivas e expositórias para situações extremas. Nesse sentido, a insistência pela disponibilização de informações sobre procedimentos éticos não finalizados busca respostas imediatas que são incompatíveis com os instrumentos dessa seara.

Ademais, o acesso ao detalhamento dos procedimentos éticos por meio de recursos para órgãos externos ao sistema de gestão ética pode implicar na ineficácia da legislação ética, pois, ao conseguir o que pleiteia, o usuário encontra via alternativa ao cumprimento das normativas do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, criado pelo Decreto 6.029/2007.

Por fim, em análise específica ao caso concreto apontam-se duas questões:

1. a pessoa solicitante é desconhecida da CEUFSC, ou seja, a demanda encaminhada pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC foi realizada de forma anônima ou anonimizada, razão pela qual não é possível afirmar os riscos concretos do compartilhamento da informação com o solicitante.

2. na CEUFSC há pelo menos duas outras denúncias relativas ao conflito sobre o qual a CMRI solicita informações, sendo de conhecimento a existência de denúncias também em outros órgãos e esferas de apuração, o que poderia representar intransigência na resolução das desavenças.

Desta afirmativa da instituição, esta Comissão conclui tratar-se de documento preparatórios para a tomada de decisão ou de ato administrativo, cujo acesso poderá ser restringido enquanto a autoridade não editar seu ato decisório, nos termos previstos no art. 3º, XII do Decreto nº 7.724, de 2012, e art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 2011. Tão logo referido ato seja praticado, o acesso poderá ser disponibilizado, caso não haja outras hipóteses de sigilo.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso, e no mérito decide pelo indeferimento, visto tratar-se de documento preparatório, nos termos do § 3º do art. 7º da LAI.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 12/03/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 13/03/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 13/03/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 13/03/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 13/03/2025, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 17/03/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6394613** e o código CRC **0AEDB7C0** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0